

26/06/2013 - 00:00

Produção requer novas soluções

Por

Apesar dos avanços nas cadeias produtivas da floresta, existem algumas incongruências que precisam ser resolvidas. Há cerca de um ano, a Comunidade do Cafezal ganhou de uma parceria entre governo e instituições um secador rotativo com capacidade para secar 900 kg de castanhas em apenas cinco horas, num valor de R\$ 80 mil. O aparelho, que mede cerca de quatro metros de comprimento, está montado no paiol da comunidade, no entanto nunca foi utilizado.

O Cafezal não possui energia elétrica suficiente para fazer a máquina funcionar, já que a comunidade conta apenas com um gerador de energia que leva luz para as residências durante alguns momentos do dia. O presente gerou uma grande ansiedade na comunidade, que agora só pensa na chegada da luz para fazer o elefante branco funcionar.

Experiência diferente acontece em Nova Arumanduba. Lá, a comunidade de extrativistas possui a máquina para secar castanha e luz elétrica para o equipamento rodar. Mas ainda não consegue acessar o PAA, como faz o seu vizinho. Apesar de terem construído uma cozinha com forno para produção de biscoitos, seus moradores acreditam que o ICMS, no valor de 17% sobre os produtos da biodiversidade, é um empecilho para a comercialização. "Não é justo cobrar dos nossos produtos o mesmo imposto de mercadorias que chegam da China", diz Waldiclei Alves das Mercês, presidente da Associação de Extrativistas de Nova Arumanduba.

Embora o imposto seja o mesmo na maior parte do Brasil, o Amapá baixou um decreto em 2011 que exonera o ICMS dos produtos da agricultura familiar, extrativistas, quilombolas e comunidades tradicionais comercializados com o PAA. A iniciativa faz parte de uma série de ações do governo para incentivar o trabalho no campo. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SEDR) do Amapá também criou o plano Proextrativismo com programas de subsídios para aumentar a produção rural, deixar o setor mais atrativo e fazer com que a população retorne dos centros urbanos para o campo. Com 96% da população urbana, o Estado quase não produz alimentos. Nos últimos anos, a população saltou de 400 mil pessoas para 600 mil. "São imigrantes que chegam do Maranhão com baixo nível de escolaridade, boa parte vinda de assentamentos", diz Ana Euler, diretora presidente do Instituto Estadual de Florestas do Amapá.

"Com essas políticas muita gente volta para o campo. Mas os que ficam fora por muito tempo não são mais aceitos pelas comunidades e criam um novo problema", diz Maiko Vicente Silva, 23, extrativista da Reserva do Rio Cajari, no Sul do Amapá. Com onze irmãos, esta seria a segunda vez que Maiko sairia de sua comunidade. O garoto compôs a equipe que visitou Almeirim para troca de experiência. Antes da viagem, conhecia apenas Macapá. "Na nossa comunidade temos tudo que precisamos. Meus pais reclamam que não temos serviços de saúde e falta comunicação. Mas eu sinto falta de um festival da castanha que acontece nas reservas ao lado", diz. **(GP)**